



A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFU: RELATO DOS DESAFIOS, PROPOSTAS E PERSPECTIVAS”

Sabrina Queiroz	UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. sfsqueiroz@gmail.com
Vanessa da Costa Val Munhoz	UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. vanessa.costaval@ufu.br

Resumo	Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de curricularização da extensão no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O texto está apresentado em formato de relato de experiências vivenciadas pela professora que presidiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE), instância responsável pela proposição de novo projeto pedagógico do curso (PPC) na UFU, e pela professora Coordenadora de Extensão da unidade acadêmica a qual pertence o curso. O intuito é demarcar a história do curso até o contexto que exigiu a implementação da extensão nas universidades brasileiras, descrevendo os desafios e perspectivas para, enfim, compartilhar o percurso experimentado com outros cursos e outras Instituições de Ensino Superior (IES). Ademais, objetiva-se registrar esses elementos como forma de construir parâmetros de avaliação do impacto da extensão na sociedade após a prática desta atividade nos cursos de Ciências Econômicas do Brasil.
---------------	---

Palavras-chave	Extensão, Creditação da extensão, Ciências Econômicas
-----------------------	---

--	--

--	--

--	--



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 14/04/2022
Aprovado em 04/09/2023
Publicado em 23/10/2023

1 INTRODUÇÃO

A constante e necessária melhoria do processo ensino-aprendizagem sempre foi pautada pelas três dimensões fundamentais da Educação Superior: ensino, pesquisa e extensão. Não obstante, as práticas do fazer universitário sempre marginalizaram a extensão universitária no meio acadêmico, de tal forma que a recente obrigatoriedade de sua creditação nos currículos dos cursos de graduação levantou discussões muito polêmicas sobre sua natureza, concepção e desafios. Emergiu, também, no caso dos cursos de Ciências Econômicas, a questão sobre a real necessidade de implementação. Acredita-se que tal exigência demanda uma transformação com ampla dimensão que pode desconectar os professores universitários de suas atribuições tradicionais. No entanto, a desconexão pode envolver aspectos muito positivos também, capazes de modernizar as práticas universitárias. Neste sentido, é salutar mapear os desafios impostos, os caminhos percorridos pela histórica necessidade de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e quais as perspectivas para que a extensão, agora presente nos currículos de cursos de graduação, de fato sirva à sociedade externa como um todo.

A despeito de não termos números exatos, é notório que na maior parte dos cursos de Ciências Econômicas das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras a extensão ostenta posição ainda mais marginalizada, sendo que são poucos os professores que atuam neste importante eixo de atuação de seus corpos docentes. Esse quadro é natural em função das características da atuação dos profissionais de economia, que na maior parte das vezes não atuam diretamente à sociedade. Ademais, pesquisas que produzem conhecimentos que servem direta e indiretamente às comunidades externas, a empresas privadas, a organizações não estatais e ao setor público não ganham visibilidade na maior parte das vezes. Há, ainda, um comportamento tradicional de pesquisadores darem pouca relevância à divulgação mais ampla de suas investigações, que são muito especializadas e com linguagem muito hermética.

Em questionário aplicado pela Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE) em dezembro de 2021, os números¹ apontaram que a

¹ Os números apresentados resultam de aplicação de questionários com mais de 60 coordenadores de cursos de graduação em Ciências Econômicas, pesquisa realizada pela ANGE apresentada no Congresso 2021 da ANGE, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YC1JB9qacrg>

curricularização da extensão ainda é um campo desconhecido por muitos, pois pouco menos de 40% dos cursos relataram ter conhecimentos bons ou ótimos sobre o assunto, pouco mais de 40% relataram ter conhecimentos regulares e pouco mais de 20% relataram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema.

De forma resumida, em relação aos desafios, são apontados entre a comunidade acadêmica: o desconhecimento de soluções e formas de creditação da extensão; a ausência de conhecimentos prévios, em razão da pouca experiência; a falta de orientação precisa por parte das instâncias superiores internas às universidades; os conflitos entre os docentes, sobretudo em função da possibilidade de criação da figura do professor extensionista; questões sobre a disposição e disponibilidade do corpo docente para participar de atividades que poderiam exigir horários alternativos; a escassez orçamentária devido às políticas governamentais destinadas às IES públicas; a pressão das instâncias superiores; o prazo curto para curricularização e a forma como ela foi exigida; entre outros.

No curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) o contexto para a curricularização da extensão não foi diferente. O curso discutiu essa exigência de forma breve, a partir de 2019, quando o tema foi abordado no Conselho Universitário Superior pela primeira vez, e ao longo dos anos 2020 e 2021² período em que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso se dedicou ao processo de reformulação do projeto pedagógico de curso (PPC). O percurso teve como intuito transformar a introdução compulsória da extensão no currículo em uma dimensão transformadora, coerente com a concepção histórica e com a natureza e identidade do curso, entendendo que essa medida também pode ser oportunidade, ao invés de apenas mera adaptação às pressões superiores. Nesse sentido, esse breve relato de experiência tem como objetivo publicizar o processo de curricularização da extensão neste curso. O intuito é demarcar a história do curso até o contexto atual, descrevendo os desafios e perspectivas para, enfim, compartilhar o percurso experimentado com outros cursos e outras IES. Ademais, objetiva-se registrar esses elementos como forma de construir parâmetros de avaliação do impacto da extensão na sociedade após a prática desta atividade nos cursos de Ciências Econômicas do Brasil.

² Cabe ressaltar que esses foram os dois primeiros anos de pandemia, contexto muito adverso para o tipo de discussão que envolve os processos de reformulação de projetos pedagógicos de cursos, sobretudo em função do trabalho remoto.

Além desta introdução, o trabalho se divide em mais quatro seções. A segunda seção resume a concepção de extensão universitária; trata de forma breve as exigências da creditação por meio dos normativos; e levanta os principais desafios dos cursos de Ciências Econômicas enfrentados neste processo. A terceira seção faz reflexões sobre a história do curso de Ciências Econômicas da UFU e descreve o percurso passado-presente-futuro da extensão no curso. A quarta seção resume as fases do processo de curricularização e os seus resultados por meio da proposta apresentada no novo PPC e apresenta quais são as perspectivas do impacto da extensão após a vigência deste novo PPC. Por fim, à guisa de conclusão a quinta seção apresenta as considerações finais do artigo.

2 CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO, EXIGÊNCIAS DE CREDITAÇÃO E OS DESAFIOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A preocupação no que se refere à postura da universidade perante a sociedade é uma antiga questão externalizada pelas discussões sobre como a universidade deveria promover a extensão do saber científico por ela produzido. O ensino foi a primeira função das universidades, passando, posteriormente para a pesquisa e, somente nos últimos tempos do século XX, foi-lhe acrescentada a função de extensão.

Sob a perspectiva de que o saber científico produzido através da pesquisa e ensino pode ser aprimorado pela interação com a sociedade e afetar a mesma, segundo Pereira dos Santos (2012) a extensão seria a expressão do compromisso social do próprio conceito de universidade, sendo uma concepção originada no momento em que é adotado o modelo de universidade, no momento em que ela é construída ou que se queira dar-lhe objetivos sociais, políticos e culturais.

Segundo Gadotti (2007), a primeira referência ao termo “Extensão”, dentro do contexto do ensino superior, apareceu no Estatuto da Universidade Brasileira de 1931 com traços bastante limitados e com uma abordagem de transferência unidirecional do conhecimento. Somente a partir da Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária, é que a extensão se torna obrigatória e apresentada como uma ação indissociável do ensino e da pesquisa. A partir de então, a mesma transpareceu através das primeiras ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos.

Apesar da imprecisão, em termos de formato e definição da extensão universitária, entre os anos de 1930 e 1960 houve a tentativa de se expressar e buscar contornos mais definidos para a “extensão universitária”. Nesse sentido, Silva (2000) elenca três abordagens de extensão universitária, quais sejam: a funcionalista, a crítica e a processual. Naquela primeira abordagem, a autora considera que a extensão tem uma função assistencialista e se expressa na realização de cursos e prestação de serviços assistenciais à uma classe excluída do sistema social e atrelada ao governo. A extensão é vista com uma via de mão única da universidade para a sociedade.

A perspectiva crítica, por sua vez, lança um olhar diferenciado sobre extensão universitária, sob o qual a mesma não tem vida própria, pois o que se torna válido é o ensino e a pesquisa comprometidos com a realidade. Para isso, há a necessidade de que a universidade repense alguns de seus pressupostos, como o entrelaçamento das três funções, tornando a extensão um elemento orgânico inerente à prática do ensino e pesquisa e norteador da postura da universidade frente à sociedade. E a concepção processual, segundo Silva (2000), considera alguns conceitos da visão crítica, como a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, porém afirma que a “extensão possui uma tarefa institucional, e com isso, um espaço próprio de organização política e estrutural da universidade” (SILVA, 2000, p.104). Com a institucionalização, a extensão teria o papel de absorver as demandas da sociedade e trazê-las para o seu interior além da alimentação do ensino e da pesquisa com os dados da realidade.

Apesar da Constituição de 1988 deixar claro em seu Art. 207 que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” ainda persiste até o presente grandes interrogações a respeito do que se configura a atividade de extensão e de como ela pode ser executada em sua completude pelas universidades. Contudo, um passo à frente foi dado em janeiro de 2001 quando o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado na forma da Lei nº 10172, estabeleceu que as instituições de ensino superior deveriam assegurar um mínimo de 10% do total de créditos exigidos em atividades extensionistas para a graduação no ensino superior do país no quadriênio 2001-2004. Esta exigência em relação à creditação da extensão se consolidou somente a partir da aprovação das Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária pelo Conselho Nacional de Educação

(CNE), homologadas pelo Ministro da Educação (MEC) e publicada sob o formato de Resolução no dia 17 de dezembro de 2018, Seção 01, p. 34, constituindo-se em Portaria do MEC nº 1350. Naquele documento, a Extensão Universitária foi finalmente institucionalizada no Brasil por meio da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que, em seu Art. 3º, estabelece o conceito de extensão na educação superior brasileira como sendo uma atividade acadêmica com dimensão formativa mais ampliada e integradora.

Na UFU, as diretrizes nacionais serviram de base para os trabalhos de uma comissão de estudo que propôs a atualização da Resolução nº 04/2009 de forma mais ampliada e em sinergia à realidade institucional. Assim, uma nova proposta de Política de Extensão para a UFU foi apresentada e, em 25 de novembro do ano de 2019, a Resolução nº 25/2019 do CONSUN foi estabelecida. Nela estão dispostas as diretrizes, os princípios e os objetivos para formulação e implementação das atividades de extensão no âmbito da UFU, bem como a proposição e a forma de organização, no que tange ao modo de registros e avaliação, o formato em que se dará a certificação e creditação/curricularização da extensão nos cursos de graduação e, por fim, menções ao financiamento e parcerias.

No que tange aos desafios dos cursos de Ciências Econômicas, considera-se importante o destaque de quais são as dimensões analíticas envolvidas na obrigatoriedade da curricularização da extensão, como ponto de partida desta reflexão.

Primeiramente, não é diretamente visível **a quem se destina a extensão**. A questão que se coloca é quais os setores da sociedade que podem ser atingidos/beneficiados com a extensão universitária dentro do campo da economia. É sabido que a Ciências Econômicas é uma ciência social, que lida com problemas de teoria e de política econômica, mas que deve estar a todo tempo comprometida com a realidade brasileira, isto é, com uma economia em desenvolvimento, marcada por excessiva concentração de renda e riqueza. Portanto, lidar com questões que envolvem a justiça social é de extrema importância. Nesse sentido, o alcance da extensão é muito sensível a possibilidade de diminuir ou aprofundar as desigualdades sociais. Uma importante experiência com esse sentido social é o trabalho da Rede Tecnológica de Extensão Popular (RETEP), que objetiva aproximar movimentos sociais da natureza epistemológica da universidade. No entanto, não temos visto um amplo debate nas

comunidades acadêmicas envolvendo todos os setores e unidades³, bem como a sociedade que se intenciona incluir nos assuntos institucionais universitários.

Em segundo lugar, cabe questionar **quais são os benefícios da extensão**. A Política Nacional de Extensão prevê impactos na formação do estudante e na transformação social. Temos observado nas últimas décadas o avanço de políticas neoliberais para a educação, com crescente precarização das condições de trabalho nas universidades públicas brasileiras, que tem afastado cada vez mais o conhecimento produzido na academia dos problemas da maior parte da sociedade. Nesse sentido, entende-se que a extensão possa vir a preencher esta importante lacuna, no caso dos cursos de Ciências Econômicas. Com isso, estaríamos tocando numa terceira dimensão analítica da discussão sobre a creditação que é **qual a função social da Instituição**. A extensão dentro das Ciências Econômicas deve enunciar um projeto compreensivo de inserção social.

A quarta dimensão analítica desta discussão refere-se a **quem faz a extensão**. Diversos projetos pedagógicos de cursos, conforme orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais (RESOLUÇÃO N° 4 do CNE, DE 13 DE JULHO DE 2007) – em seu artigo 8º, prevêem atividades complementares que incluem dentro de seu rol atividades de extensão. Nesse caso, a extensão é experimentada pelo discente sem seu envolvimento ativo. Assim, tradicionalmente os estudantes de Ciências Econômicas não têm participado de atividades de extensão como protagonistas de projetos, cursos, programas e demais atividades. O envolvimento, nesses casos, tem sido a participação como ouvintes ou atores coadjuvantes.

A quinta dimensão seria a de **como legitimar a extensão**. A complexidade e especialização do conhecimento de economia condicionou o caráter fechado desta ciência. Todavia, a economia afeta o cotidiano de toda a população o que faz com que a extensão possa popularizar as pesquisas acadêmicas da área, mas também facilitar a linguagem do “economês” e legitimar a produção de conhecimentos perante a opinião pública.

³Considera-se importante o envolvimento entre diversos atores (professores, técnicos administrativos, discentes, coordenadores de curso, coordenador de ensino, diretor, coordenador de extensão, pró-reitor, reitor), instâncias (colegiado de curso, núcleo docente estruturante, conselhos superiores) e setores (coordenadoria de ensino, coordenadoria de extensão, pró-reitoria de ensino, pró-reitoria de extensão).

A sexta dimensão seria **como institucionalizar as atividades de extensão**, uma vez que dentro das Ciências Econômicas, grande parte de atividades de pesquisa já desenvolvidas poderiam se configurar como atividades de extensão, como é o caso de pesquisas voltadas para projetos de governo, para políticas públicas, divulgação de trabalhos científicos em fóruns sociais, entre outras.

Por fim, a última dimensão envolveria **quais as metodologias e práticas pedagógicas para as atividades extensionistas**. A extensão prevê a interação mútua universidade-sociedade, havendo uma constante troca de saberes. Nesse caso, os desafios tocam nas dificuldades decorrentes da interação com a sociedade em virtude do academicismo e do autoritarismo universitário, questões históricas sempre levantadas. Assim, a ideia é que a extensão possa de fato envolver troca de conhecimentos e experiências, com ampla participação de professores, discentes e agentes sociais.

3 REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFU E O PERCURSO PASSADO PRESENTE-FUTURO DA EXTENSÃO NO CURSO

O curso de Ciências Econômicas da UFU está sediado no atual Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU (IERI-UFU), que teve origem no Departamento de Economia da UFU (DEECO), sendo que este, por sua vez, nasceu da antiga Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, fundada em 1962 (Decreto-lei 1842, de 05/12/1962).

Os primeiros anos da década de 1980 marcaram uma importante renovação no Departamento e no Curso de Graduação. A estrutura curricular precursora de uma formação do economista foi regulamentada pela Resolução CFE 11/84. A partir dela e com a contratação de professores/as qualificados/as estabeleceram-se as condições para o avanço na produção intelectual dos corpos docente e discente, como assinalaram-se as pesquisas, monografias e trabalhos publicados no curso de Ciências Econômicas da UFU. Pouco depois o curso alcança reconhecimento nacional, como atestam os sistemas de avaliação oficiais (Ministério da Educação-MEC) e não oficiais, chegando a estar entre os dez melhores conceituados do país, e tendo alcançado o sexto lugar dentre os Cursos de Ciências Econômicas do país já em 1984.

Por meio desse reconhecimento crescem as atividades de Iniciação Científica, atividades do PET (Programa de Educação Tutorial), as Monitorias e as da Empresa Júnior (ACPE). Pode-se dizer que parte da pouca experiência em extensão deste Instituto (IERI) tem sido experimentada por essas duas últimas instituições, PET e ACPE. O PET realiza minicursos e cursos junto à sociedade, publica jornais de circulação interna e externa à UFU, produz podcast; entre outras atividades extensionistas. Já a ACPE, no ano de 2020, passou a ser denominada Empresa Júnior de Economia e Relações Internacionais e foi registrada como Programa no Sistema de Informação de Extensão (SIEEX) da UFU. Como uma Empresa de Consultoria gerenciada por estudantes universitários de ambos os cursos que realizam projetos e prestam serviços em sua área de graduação, principalmente, para pequenas e médias empresas. A ação fomenta o empreendedorismo jovem na região do triângulo mineiro e contribui para a integração entre pesquisa, teoria e prática. Como a Empresa Júnior é integrante de uma instituição educacional, conforma-se como uma associação civil sem fins lucrativos e, ainda, pela estrutura de baixos custos fixos, os preços praticados são consideravelmente abaixo do preço de mercado.

Destaca-se, ainda, outra instituição do IERI: a Liga do Mercado Financeiro, cujas ações visam a promoção da formação de discentes da UFU e de outras Universidades na área de mercado financeiro e auxiliam em grande medida a inserção de egressos no mercado de trabalho no ramo em questão além de se constituir em uma ação com grande potencial de motivação dos alunos, uma vez que os aproxima do mercado. Ao realizar cursos, eventos e visitas técnicas, a Liga traz o dia a dia do mercado para os alunos da universidade, bem como oferece trocas com outras ligas, com profissionais e com as instituições financeiras, como um todo.

Ainda no âmbito da Graduação, desde o ano 2000 são organizados seminários anuais de economia, um projeto coordenado e organizado por docentes, discentes e técnicos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Econômicas, chamado SEMECO. Nos últimos anos, inclusive, o SEMECO tem contado com o apoio do PET e do Diretório Acadêmico do curso no planejamento e execução dos eventos, configurando o evento mais importante da área de economia da Universidade Federal de Uberlândia. O SEMECO conta com ampla participação da população não-universitária para a qual o mesmo se configura uma importante ferramenta de formação intelectual

sobre economia e também de compreensão dos problemas que lhes afeta a vida cotidiana. Assim, muito além de um seminário puramente acadêmico, o SEMECO discute e pensa os aspectos mais importantes acerca da dinâmica da economia brasileira.

O Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) nasce com o Curso de Mestrado em Economia no ano de 1995, iniciando as suas atividades em março de 1996. Em 2006, o PPGE teve aprovado pela CAPES o Curso de Doutorado em Economia, tornando-se assim um Programa de Pós-graduação completo. Naquele mesmo ano, o Conselho do Instituto e Economia e Relações Internacionais (CONIERI) instituiu uma comissão para estudar a viabilidade da criação e implantação do Curso de Graduação – Bacharelado em Relações Internacionais e teve suas atividades iniciadas em março de 2009. Mais tarde, em 2015, iniciou-se o curso de Mestrado em Relações Internacionais, parte do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI).

Tanto o PPGE, como o PPGRI, abre ainda mais o caminho para a consolidação da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Por meio dos projetos de pesquisas, seminários da pós-graduação e demais atividades desenvolvidas nesses programas são possíveis o envolvimento e a interação entre professores, alunos de graduação e alunos de pós-graduação para que juntos haja atuação direta também em relação à sociedade.

Deste modo, podemos afirmar que o IERI-UFU vem, ao longo do tempo, adequando-se logística e institucionalmente para atender os propósitos das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Um importante caminho é o aprimoramento do CEPES (Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos e Sociais), onde se desenvolvem atividades que, além de possuírem grande interface com as demandas da sociedade, dão suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão. Criado em 1977, o CEPES calcula e divulga, mensalmente, o Índice de Preços ao Consumidor (Uberlândia) e elabora Outros Indicadores Socioeconômicos, contidos em Bancos de Dados. Com isso, tem-se mantido um importante elo com a comunidade local e regional, ao tempo em que se desenvolvem atividades junto a outras Unidades Acadêmicas da própria Universidade, especialmente por meio de atividades interdisciplinares. Assim, é através do CEPES que o IERI-UFU registra sua principal atividade de elo entre prática e extensão.

Cabe registrar que o IERI-UFU mantém ativa sua política de fomento às publicações técnicas e científicas, produzindo e divulgando mensalmente o Boletim do CEPES e, desde 1984, a Revista Economia Ensaios. No que tange à extensão, as publicações produzidas pelo CEPES têm alcance municipal, regional e nacional por meio de divulgações na mídia local e nacional, utilizando-se da Internet, da mídia impressa e televisiva, e de outros canais de comunicação. São produzidos informativos mensais, boletins, painéis de informações municipais, notas informativas, textos para discussão, pesquisas e estudos – em âmbito municipal, regional e nacional - além de artigos e teses de seu corpo técnico. A ampla divulgação desse material tem representado, de fato, vínculo com a sociedade. Dentre os materiais com impacto nacional se destaca a V Pesquisa do Perfil Nacional dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras - 2014, com publicação pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); entre outros. Em termos de atividades de extensão o CEPES colabora com instituições públicas e privadas via programas de desenvolvimento econômico e social; executa projetos e pesquisas, qualitativos e quantitativos, solicitados pelos setores público e privado; e contribui para a capacitação de profissionais de empresas e da administração pública, bem como das entidades da sociedade civil.

Ademais, o IERI-UFU sediou diversos eventos científicos ligados às áreas de Ciências Econômicas e Relações Internacionais. Seus docentes estão envolvidos em diversas associações e sociedades científicas, fazendo parte, inclusive, de seus corpos diretivos⁴. Estes vínculos reforçam a presença do IERI-UFU no debate local, regional e nacional sobre os mais diversos temas relevantes para o desenvolvimento brasileiro, atestando o forte compromisso acadêmico de seus docentes, discentes e técnicos-administrativos.

A despeito dos esforços descritos para o avanço ainda mais amplo nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o IERI não desenvolveu até o presente momento

⁴São exemplos de sociedades/associações científicas com as quais docentes do IERI-UFU mantém estreita relação: a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), a Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), a Associação Keynesiana Brasileira (AKB), a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO), a Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (ABEIN), a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), além da própria Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

grandes projetos de extensão. As práticas extensionistas da instituição se concentraram ao longo do seu tempo de existência em pequenos projetos, cursos, eventos e as prestações de serviços realizadas pelo CEPES e pela ACPE. Neste momento, o que se pode indicar é que as ações de extensão do IERI estão pouco integradas, havendo ainda uma visível divisão de ações por cursos de graduação, pós-graduação e CEPES, sendo um objetivo urgente a promoção da integração das ações existentes (maior integração entre discentes da pós e da graduação, por exemplo) e fomento do número de programas e projetos que consigam efetivamente dialogar de forma transformadora com a sociedade o que se pretende alcançar em parte com o processo de curricularização da extensão na graduação. Ademais, são poucos os professores do corpo docente que se envolvem nessas atividades, de modo que podemos afirmar que o passado e presente da instituição registra uma extensão ainda incipiente.

4 PROPOSTA DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: FASES INICIAIS, RESULTADOS E PERSPECTIVAS

As bases legais internas e externas à UFU para construção do Plano de Extensão⁵ (PEX) do IERI e para o processo de curricularização da extensão são datadas de 2018⁶, 2019 e 2020. Apesar desse marco temporal, as discussões sobre como creditar a extensão, no curso de Ciências Econômicas só se iniciaram, de fato, em 2021. No ano de 2020 era previsto a concentração de todo esse processo, no entanto, em março daquele ano eclodiu a pandemia por COVID-19, que dificultou a operacionalização da fase inicial de discussões/reflexões. Mas, como havia o prazo interno à universidade da curricularização e tramitação de novos projetos pedagógicos de cursos (PPCs) no final de 2020, ainda naquele ano foram iniciadas as primeiras conversas dentro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso. Em 2020 foram realizadas, também, duas reuniões com componentes externos ao NDE, sendo a primeira reunião realizada com o

⁵ O Plano de Extensão da Unidade (PEX) é uma demanda da Resolução nº25/2019 do Conselho Universitário da UFU, que “deve considerar o potencial de contribuição de cada área do conhecimento para o desenvolvimento humano, social, político e cultural da população, induzindo à inserção social dos estudantes da graduação, da pós-graduação, da educação básica ou da educação técnica, bem como dos servidores em diferentes contextos” (pará.1, Art. 12, p. 5).

⁶ Cabe destacar que o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado na forma da Lei nº 10172, tinha dentre seus objetivos e metas para a educação superior a proposta de implementação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFE's) no quadriênio 2001-2004.

coordenador de extensão da unidade acadêmica (IERI) à época - função demandada pela UFU ainda em 2009⁷, mas que foi criada pelo IERI em setembro de 2018 (RESOLUÇÃO Nº 01/2018, do Conselho do Instituto de Economia e Relações Internacionais – CONSIERI) - e a segunda realizada com o pró-reitor de extensão da UFU.

Com o fito de mapear as experiências de outras universidades e avançar nas discussões, o NDE organizou mais duas reuniões com convidados externos à UFU. A primeira aconteceu em maio de 2021 com o Professor Dr. Paulo Fracalanza, da Unicamp e presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), com o intuito de mapear as discussões sobre a creditação da extensão entre os cursos de economia das universidades brasileiras, bem como discutir de maneira geral o tema. A segunda aconteceu em junho do mesmo ano com o Professor Ms. Fábio Bezerra, do CEFET/MG e membro da Rede Tecnológica de Extensão Popular (RETEP), com o intuito de ouvirmos as experiências sobre extensão popular para nos aprofundarmos sobre projetos com sentido social e público.

Paralelamente ao trabalho do NDE, a Coordenação de Extensão (COLEXIERI) também experimentou um processo de reflexão, capacitação e avanços em relação à elaboração do PEX. Foi feito um levantamento do histórico da prática extensionista de todos os cursos do IERI e do CEPES no sentido de mapear o passado extensionista da unidade e construir sugestões de caminhos possíveis para o processo de curricularização da extensão de cada curso de graduação e aprimoramento da extensão em toda unidade.

Ao fim da fase de reflexões internas ao NDE e COLEXIERI iniciou-se a fase de discussão com o corpo docente completo do curso. Nessa fase as discussões se deram em conjunto com os trabalhos envolvidos na reforma do PPC do curso, pois além da necessidade de inserção das horas/atividades de extensão, o curso passava por um processo préviode reforma do PPC. Foram realizados grupos de trabalhos (GTs) divididos por 6 áreas, com a realização de inúmeras reuniões que foram sintetizadas nos seguintes relatos: parecer GT Macroeconomia, parecer GT Microeconomia, parecer GT Monografia e Laboratórios, parecer GT Métodos Quantitativos, parecer GT História e Brasileiras e parecer GT Economia Política. Em cada uma das áreas foi mapeado se

⁷ A resolução nº 4/2009 do Conselho Universitário da UFU estabeleceu que cabe às Unidades Acadêmicas constituir uma coordenação de extensão e definir sua competência e forma de funcionamento.

havia disciplinas que já contemplavam atividades extensionistas, bem como foi discutida a possibilidade de serem desenvolvidas atividades de extensão em algumas disciplinas do curso. Sobre essa possibilidade, a conclusão foi a de que a extensão estaria concentrada em poucas disciplinas do curso, o que dificultaria o envolvimento amplo do corpo docente, assim como a articulação com os núcleos de pesquisa e com atividades extensionistas já praticadas, sobretudo pelo CEPES e pela ACPE.

Cumpridas as etapas anteriores, coube ao NDE elaborar a proposta de curricularização da extensão e, na sequência, discuti-la com o corpo docente completo. A proposta foi aprimorada em algumas reuniões por áreas, entre julho e setembro de 2021, e depois referendada na reunião com o conjunto do corpo docente, em outubro de 2021. Em março de 2022 a proposta de novo PPC, com a extensão curricularizada, foi aprovada pelo Conselho do IERI e seguiu para as instâncias superiores da UFU.

No **Projeto Político Pedagógico do curso (PPC) de Ciências Econômicas** o objetivo da curricularização da extensão é integrar a estrutura curricular transversalmente por meio de Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) obrigatórias, respeitando-se a especificidade de cada um desses componentes.

As ACEs abarcam as intervenções de estudantes orientados/as por professores/as, envolvendo diretamente as comunidades externas à UFU e estão vinculadas à formação do estudante por meio da conexão que esses componentes curriculares têm com a concepção do PPC. O objetivo principal é promover atividades de extensão integradas ao ensino e às pesquisas já desenvolvidas pelo corpo docente do curso de Ciências Econômicas, estimulando a criação e a reflexão, criando-se um fluxo de mão dupla a partir do contato permanente com a sociedade. Especificamente, as ACEs estão divididas em áreas de formação do curso em conexão com as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo corpo docente. Assim, abarcam quatro grandes áreas, a saber: **i) Economia Social e do Trabalho; ii) Macroeconomia e Economia Internacional; iii) Microeconomia, Economia Industrial e Empresas; e iv) Economia Política, Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico**⁸.

⁸ Essa área abarca, além da pesquisa-extensão em Economia Política, as áreas de pesquisa-extensão em Economia Regional e Urbana, Economia Agrária e Economia do Meio Ambiente.

Em termos metodológicos, as ACEs envolvem estratégias ativas que privilegiam os princípios de indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, integração de teoria e prática, interdisciplinaridade e flexibilidade.

Em suma, a curricularização da extensão representa uma transformação importante da estrutura do curso que visa aproximar a sociedade do conhecimento produzido em na universidade. A extensão serve como instrumento de diálogo com a sociedade, em uma relação de troca de saberes, em que a universidade ensina e aprende com a comunidade externa e os/as estudantes entram em contato com situações concretas da profissão para a qual se preparam, ao mesmo tempo em que podem lidar com desafios em áreas transversais e específicas da profissão.

Neste sentido, a curricularização da extensão demanda um grande esforço conjunto de adaptação por parte de docentes e discentes, sendo planejada e concebida para garantir a flexibilidade nos processos de elaboração e também de validação das ACEs. Aos/às docentes cabem as atividades de orientar e de validar os projetos de extensão e posteriormente registrar seus resultados em relatórios dos projetos cadastrados no Sistema de Informação de Extensão (SIEEX) da UFU.

Os setores de execução da extensão irão abarcar escolas públicas de Uberlândia, sindicatos, organizações não governamentais, empresas públicas e privadas sediadas em Uberlândia, assentamentos rurais e a prefeitura municipal de Uberlândia. Além desses locais, a extensão utilizará espaços virtuais para divulgação de trabalhos realizados com a comunidade, sendo que haverá um link para atividades de extensão no sítio do IERI UFU.

Como resultados da proposta de extensão têm-se as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), que são divididas em seis, totalizando 10% da carga horária total do curso (3.000h) da seguinte maneira:

- 1) 30h ACE - Introdução à Práticas Extensionistas;
- 2) 60h ACE - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Economia Social e do Trabalho;
- 3) 60h ACE - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Macroeconomia;
- 4) 60h ACE - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Microeconomia, Industrial e Empresas;

- 5) 60h ACE - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Economia Política, Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico;
- 6) 30h ACE - Experiências Extensionistas.

Ao iniciar a prática da extensão na ACE - Introdução à Práticas Extensionistas, que tem uma parte da carga horária destinada à apreensão teórica do que é extensão e outra parte destinada ao desenvolvimento de um projeto voltado para Diálogos Extensionistas, a estratégia é estimular a inserção progressiva dos(as) alunos(as) na prática da extensão ao incluir um componente curricular que trata dos fundamentos da extensão e inicia os(as) alunos(as) em sua prática, os(as) oferecendo um primeiro contato com a comunidade externa e com olhar para suas demandas.

Em relação às demais ACEs, é mister destacar que todas estão integradas à estrutura curricular do curso e conectadas com a concepção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), sendo oferecidas no formato obrigatório para a formação do/a estudante. Em cada ACE o(a) professor(a) irá orientar um projeto de extensão previamente cadastrado no SIEX de forma a alcançar a totalidade dos alunos matriculados no curso. A ACE - Experiência Extensionista permitirá o aproveitamento de carga horária curricular de extensão em atividades devidamente registradas no SIEX, sendo que aqui também é possível que o estudante valide horas de extensão realizada em outras unidades acadêmicas da UFU, bem como de outras universidades.

Cabe destacar a importância do envolvimento coletivo de todos(as) professores(as) nessas atividades e na prática da extensão a partir de rodízio entre o corpo docente na alocação nas ACEs. As áreas de pesquisa se reunirão a cada semestre para mapear os projetos de extensão planejados e articular grandes grupos dentro delas, com a participação de todos os docentes. Assim, entende-se que a proposta avança no desafio da divisão do ônus da execução da extensão entre os docentes. Não há, assim, a possibilidade de criação da figura do professor extensionista.

Para finalizar, cabe indicar quais são as perspectivas e expectativas para o futuro da proposta. Espera-se que haja, de fato, a potente interação entre academia e sociedade, calcada no pilar da transformação social. Ao ingressar no curso de Ciências Econômicas o estudante ainda não tem condições de estabelecer essa interação, mas iniciando no terceiro período os estudos sobre extensão, acredita-se que haverá um processo de construção dessa interação e aprimoramento de práticas extensionistas ao longo do

curso. A extensão localizada em laboratórios de pesquisa permite que os estudantes coloquem em prática o “pensar” em economia, trabalhem o instrumental analítico a partir do tratamento transversal de conteúdos teórico-quantitativos; e, finalmente, levem essa bagagem e percurso à sociedade, momento da esperada troca de saberes e interação mútua. No que tange aos docentes, espera-se que haja um envolvimento amplo e ativo do corpo todo, inclusive contando com a interação com os técnicos do CEPES neste processo. Os laboratórios de pesquisa e extensão abarcarão grandes projetos integrados, no modelo “guarda-chuva” e, assim, contemplarão diversas linhas de pesquisa, que irão atuar junto à sociedade. Sendo assim, a perspectiva mais geral é que sejam gerados novos métodos a práticas já consolidadas, capazes de transpor barreiras e de estabelecer a aproximação entre a universidade e as comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do compartilhamento do percurso do processo de curricularização da extensão no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) acredita-se que este artigo-relato tenha potencial de servir como um importante guia para instituições interessadas em promover a integração da extensão universitária em seus currículos. Como apontamento síntese fica a importância de que o processo ensino-aprendizagem não pare nos estudantes, que esses sejam atores mediadores de conhecimento, capazes de criarem espaços de integração entre teoria e prática. Vimos que formas importantes para esse alcance são a interdisciplinaridade em componentes curriculares e a flexibilidade de conteúdos envolvidos em distintas ações. No que toca aos desafios específicos do curso na UFU, foi vencida a fase de desconhecimento de soluções e formas de creditação da extensão. Foram feitas otimistas apostas na ampla participação do corpo docente e de técnicos em ações extensionistas propostas, que contaram com boa recepção por parte da comunidade acadêmica em geral.

Como apontado, a extensão localizada em laboratórios de pesquisa permite que os estudantes coloquem em prática o “pensar” em economia, trabalhem o instrumental analítico a partir do tratamento transversal de conteúdos teórico-quantitativos. A etapa posterior aproximará os estudantes de diferentes públicos uma vez que estão previstas ações educativas; redes de solidariedade junto a empreendimentos, movimentos sociais e organizações de apoio e fomento; projetos que mediam espaços de conhecimentos da

UFU em escolas, em comunidades, em cooperativas, em organizações da sociedade civil e em empresas; dentre várias outras ações. Desta forma, identifica-se o potencial de geração de práticas que sejam, de fato, capazes de transpor barreiras e de estabelecer a aproximação entre a universidade e as comunidades. Não obstante, diante de tantas reflexões apontadas finaliza-se apontando a necessidade de acompanhamento do processo de implementação e posterior análise documentada, pois o artigo foi escrito antes da prática da extensão curricularizada, sendo assim importante que sejam realizadas pesquisas futuras que aprofundem o conhecimento nessa área e avaliem o impacto da extensão na sociedade após a prática desta atividade nos cursos de Ciências Econômicas do Brasil.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – e dá outras providências. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 07 de 19 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014 e dá outras providências. Brasília, DF. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire, 2017.

Disponível em:

https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Extensão Universitária: Espaço de Aprendizagem Profissional e suas Relações com o Ensino e a Pesquisa na Educação Superior. **Revista Conexão UEPG**. 2012, v. 8, n. 2, p. 154-163. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/4547>. Acesso em: 08 abr. 2022.

SILVA, Maria das Graças M. **Extensão: a face social da universidade?**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.